XXXIII Congresso Brasileiro de Custos
17, 18 e 19 de novembro de 2026
- Porto de Galinhas / PE -

EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO E O CUSTO PADRÃO: EVIDÊNCIAS DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Silvana da Silva Sampaio Ruiz (UFMS) - seguros.silvana@gmail.com

Luiz Miguel Renda dos Santos (Ufms) - luiz.renda@ufms.br

Edicreia Andrade dos Santos (UFPR) - edicreiaandrade@yahoo.com.br

Resumo:

Este estudo teve como objetivo mapear a produção científica sobre eficiência do gasto público em educação infantil (creches), identificando métodos, variáveis e indicadores utilizados, com destaque para a aplicação da análise de clusters e custo padrão no setor público. Caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de uma Revisão Sistemática de Literatura, fundamentada nos princípios da metodologia PRISMA 2020, com a utilização do software Parsifal. Foram analisados artigos científicos das bases de dados "SCOPUS", "SciELO", "SPELL®" e "Web of Science", resultando num portfólio de 29 artigos. Os resultados revelam teorias complementares que reforçam a busca pelo equilíbrio financeiro na Administração Pública, para a compreensão da escala de eficiência de cada município, destacando a necessidade de modelos que possam oferecer parâmetros seguros de gestão com instrumentos e técnicas de mensuração da eficiência do gasto. A pesquisa contribuirá para demonstrar a relevância de indicadores no formato de custo padrão como ferramenta de controle gerencial do gasto público.

Palavras-chave: *Gasto público, Indicadores, Creches, Clusters.*

Área temática: *Custos aplicados ao setor público*

EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO E O CUSTO PADRÃO: EVIDÊNCIAS DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

RESUMO

Este estudo teve como objetivo mapear a produção científica sobre eficiência do gasto público em educação infantil (creches), identificando métodos, variáveis e indicadores utilizados, com destaque para a aplicação da análise de clusters e custo padrão no setor público. Caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de uma Revisão Sistemática de Literatura, fundamentada nos princípios da metodologia PRISMA 2020, com a utilização do *software Parsifal*. Foram analisados artigos científicos das bases de dados "*SCOPUS*", "*SciELO*", "*SPELL®"* e *"Web of Science"*, resultando num portfólio de 29 artigos. Os resultados revelam teorias complementares que reforçam a busca pelo equilíbrio financeiro na Administração Pública, para a compreensão da escala de eficiência de cada município, destacando a necessidade de modelos que possam oferecer parâmetros seguros de gestão com instrumentos e técnicas de mensuração da eficiência do gasto. A pesquisa contribuirá para demonstrar a relevância de indicadores no formato de custo padrão como ferramenta de controle gerencial do gasto público.

Palavras-chave: Gasto público. Indicadores. Creches. Clusters.

Área temática: Custos aplicados ao setor privado e ao terceiro setor

1. INTRODUÇÃO

A eficiência do gasto público constitui um dos princípios centrais da gestão pública contemporânea, orientada pela busca por maior transparência, eficiência e efetividade na aplicação dos recursos estatais. Nesse contexto, a eficiência do gasto público refere-se à alocação racional e ao uso adequado dos recursos públicos, de modo a maximizar a geração de valor para a sociedade e promover o desenvolvimento econômico e social. Conforme Azara et al. (2017), esse conceito está diretamente relacionado à capacidade do Estado de empregar os recursos disponíveis de forma eficiente, assegurando melhores resultados para a coletividade.

Compreender de que forma as informações de custos no setor público contribuem para a otimização do gasto e o aprimoramento da tomada de decisões gerenciais constitui um aspecto central da gestão pública contemporânea. Nessa perspectiva, Alonso (1999, p. 44) define eficiência como "a relação entre os resultados e o custo para obtê-los", evidenciando que a avaliação do desempenho governamental deve considerar não apenas os resultados alcançados, mas também os recursos empregados para sua obtenção. Essa concepção reforça a necessidade de alinhar a alocação dos recursos públicos à qualidade e ao desempenho dos serviços ofertados à sociedade.

Entre as diversas áreas em que esse desafio se manifesta, destaca-se a crescente demanda por vagas em creches municipais. O *déficit* de atendimento produz impactos que transcendem a política educacional, afetando a inserção dos responsáveis no mercado de trabalho, a composição da renda familiar e o desenvolvimento infantil. Nesse contexto, a expansão da oferta de vagas insere-se no âmbito da política pública da Primeira Infância, cujo objetivo é promover o desenvolvimento integral de crianças de zero a seis anos de idade. Conforme estabelece a legislação nacional, essa política compreende um conjunto articulado

de ações estatais nas áreas de saúde, educação, assistência social e direitos humanos (Brasil, 2016).

Os municípios de Mato Grosso do Sul enfrentam desafios relacionados à qualidade da alocação e à eficiência na aplicação dos recursos públicos. Embora haja investimentos destinados ao setor, a ausência de métricas comparativas padronizadas dificulta que gestores públicos e órgãos de controle avaliem, de forma consistente, a efetividade dos gastos e identifiquem potenciais ineficiências na utilização dos recursos. Essa limitação compromete o monitoramento do desempenho e pode obscurecer desigualdades entre municípios com características fiscais e capacidades arrecadatórias semelhantes (Graupner, Hein, & Hein, 2024). Assim, neste estudo procura-se identificar teorias e métodos da análise da eficiência do gasto público por meio da utilização de técnicas como a análise de agrupamentos (*clusters*). Adiciona-se a esse objetivo o conhecimento dos indicadores e sua formação, já que o desempenho das gestões, dos processos e das pessoas encontra relação com seu uso (Souza et al., 2024). Destaca-se também o custo padrão como ferramenta de controle gerencial, haja vista que a mensuração de custos é de grande importância para a situação financeira e econômica das gestões (Madeira; Barros; & Portugal, 2013).

Diante deste contexto, visa-se neste estudo mapear a literatura quanto à sistematização das evidências acerca da eficiência dos gastos públicos com creches nos municípios, o uso da análise de clusters para agrupar municípios, buscando a aplicação de um custo padrão referencial desses agrupamentos capaz de oferecer um controle gerencial por meio de indicadores.

Este estudo justifica-se sob diferentes perspectivas. Sob a perspectiva teórico amplia a compreensão acerca da aplicação de informações de custos no setor público, constituindo um referencial para o desenvolvimento de pesquisas futuras. A principal contribuição reside na articulação entre instrumentos tradicionalmente empregados na contabilidade gerencial como o custo padrão, e sua aplicação às finanças públicas municipais. Sob a perspectiva prática e empírica, justifica-se pela necessidade de disponibilizar um instrumento capaz de subsidiar a tomada de decisão dos gestores públicos e fortalecer a atuação dos órgãos de controle na avaliação da eficiência do gasto público. A proposta inova ao incorporar métricas comparativas baseadas em indicadores de custos, possibilitando análises mais consistentes da alocação e da utilização dos recursos públicos.

Nesse contexto, o custo padrão é concebido como um parâmetro de referência para a avaliação do desempenho dos gastos públicos, permitindo comparar custos observados com valores previamente estabelecidos em condições eficientes de execução. Sua aplicação favorece a identificação de ineficiências, desperdícios e assimetrias na alocação de recursos entre municípios, contribuindo para o aperfeiçoamento do planejamento, da gestão orçamentária e da *accountability*. No contexto da educação infantil, essa abordagem pode subsidiar a definição de critérios mais equitativos para o financiamento das creches municipais, promovendo maior racionalidade na aplicação dos recursos e fortalecendo a oferta de um atendimento de qualidade às crianças.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Eficiência do Gasto Público e Educação Infantil

A temática de recursos públicos é recorrente nas discussões em sociedades democráticas. Os conceitos referentes à eficiência do gasto público se destacam nesse cenário pois se referem à correta alocação dos recursos públicos e ao

desenvolvimento econômico e social (Azara et al., 2017; Santos et al., 2022). É evidente a necessidade de se obter maior eficiência e maior impacto dos gastos públicos, segundo Faria, Jannuzzi e Silva (2008).

A literatura destaca que a eficiência do gasto público está diretamente relacionada à qualidade da alocação dos recursos e aos retornos sociais decorrentes de sua aplicação (Silveira et al., 2020). Esses elementos constituem dimensões centrais da gestão pública, uma vez que influenciam a capacidade do Estado de transformar recursos financeiros em resultados efetivos para a sociedade. No Brasil, a preocupação com a qualidade do gasto público intensificou-se após a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000, que fortaleceu a responsabilidade na gestão fiscal e impulsionou a adoção de instrumentos mais robustos para a avaliação de políticas públicas e da eficiência na utilização dos recursos públicos (Silva et al., 2024). Nesse contexto, a análise dos fatores que explicam a eficiência da gestão pública revela-se pertinente e alinhada à agenda contemporânea de pesquisa (Bueno, 2020), uma vez que a qualidade do gasto público influencia diretamente o planejamento, a execução das políticas públicas e a capacidade dos municípios de gerar resultados para a população. Nesse contexto, a educação infantil se apresenta como um campo sobretudo importante para essa discussão, uma vez que, além de constituir direito assegurado pela Constituição Federal, seu financiamento envolve elevados custos de manutenção e expansão, o que torna a eficiência do gasto um ponto crucial para a garantia do acesso e da qualidade do atendimento (Falciano & Nunes, 2023). A literatura caracteriza a educação infantil como composta por duas etapas: as creches, destinadas às crianças de 0 a 3 anos, e a pré-escola, voltada às crianças de 4 e 5 anos. De modo geral, observa-se predominância de investigações voltadas às creches (Rosemberg, 2001; Oliveira & Souza, 2014; Braga et al., 2024; Franzese & Tacara, 2025). Essa concentração pode ser explicada pelas especificidades do financiamento e pelos desafios inerentes à gestão e à eficiência do gasto nessa etapa da educação infantil.

A literatura apresenta diferentes abordagens para a análise do gasto público na educação infantil. Falciano e Nunes (2023), por exemplo, examinaram o financiamento educacional e propõem indicadores comparáveis de gasto por aluno como instrumento de avaliação. Bruno e Silveira (2023) discutem os desafios relacionados à qualidade do gasto público, destacando a importância de mecanismos de controle para aprimorar a eficiência na aplicação dos recursos. No campo do planejamento e do controle gerencial, Oliveira e Souza (2014) abordam instrumentos voltados à gestão de creches, enquanto Pinto (2016) e Franzese e Tacara (2025) analisam as parcerias público-privadas como alternativa para ampliar a oferta de vagas em contextos nos quais a capacidade de atendimento dos municípios se mostra insuficiente.

Em conjunto, esses estudos evidenciam que o volume de recursos investidos, por si só, não assegura a eficiência do gasto público nem a qualidade dos serviços prestados. A efetividade dos investimentos em creches depende da integração entre planejamento, controle gerencial e instrumentos de mensuração capazes de avaliar a alocação e o desempenho dos recursos, considerando as especificidades da educação infantil.

2.2 Indicadores e o Custo Padrão

Para avaliar a qualidade do gasto público, torna-se necessário compreender os instrumentos de mensuração disponíveis. Esse entendimento está alinhado à literatura, que destaca a necessidade de aprimorar técnicas e instrumentos voltados

à avaliação da eficiência do gasto público (Faria; Januzzi; & Silva, 2008). No campo da avaliação de desempenho, destacam-se o uso de indicadores socioeconômicos (Queiroz et al., 2025), indicadores de avaliação do custo-benefício (Rosemberg, 2001) e indicadores de desempenho de processos orientados ao alcance de resultados (Souza et al., 2024). Esses indicadores foram propostos e aperfeiçoados de forma distinta ao longo do tempo.

Para viabilizar a utilização comparável desses indicadores, os estudos passaram a adotar análises dos municípios por microrregiões, ainda que estas nem sempre apresentem características homogêneas, ou por agrupamentos (clusters) constituídos a partir de similaridades entre os entes analisados (Santos et al., 2002; Tristão, 2002; Azara et al., 2017; Andreella et al., 2024; Peretti et al., 2025). Essas abordagens evidenciam a necessidade de organização metodológica para subsidiar a priorização orçamentária, o desenvolvimento de indicadores e a atualização dos planejamentos locais.

Adicionalmente, a literatura aponta a incorporação da econometria espacial como estratégia para aperfeiçoar a análise das especificidades geográficas que influenciam o desempenho dos municípios, bem como a utilização de indicadores associados a variáveis que contemplem não apenas a alocação dos recursos, mas também os resultados alcançados (Azara et al., 2017; Moraes & Meirelles, 2023).

No âmbito dos sistemas de custos, a literatura destaca o método do custo padrão como instrumento de controle gerencial voltado à geração de valor público (Bastos & Almeida, 2008) e ao planejamento e controle de custos (Souza et al., 2010). Bastos e Almeida (2008) esclarecem que o custo padrão fundamenta-se no estabelecimento de limites ou metas de custos para órgãos públicos, ações e programas, permitindo a comparação entre os custos previstos e os efetivamente realizados. Os autores também associam a evidenciação de resultados às dificuldades de mensuração e acompanhamento dos custos, reforçando a relevância do custo padrão como parâmetro de referência para avaliação do desempenho dos gastos. Nessa perspectiva, os estudos de Bastos e Almeida (2008), Souza et al. (2010), Madeira et al. (2013), Sales e Sousa (2016) e Brandão (2022) constituem exemplos teóricos que sustentam a aplicação do custo padrão em municípios como instrumento dos sistemas de custos para a análise e o controle do gasto público.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi realizada por meio de uma Revisão Sistemática de Literatura que é a aplicação de estratégias científicas para limitar o viés de seleção de artigos, avaliá-los criticamente e sintetizar os estudos importantes sobre um assunto específico (Botelho; Cunha & Macedo, 2011). Para a análise dos artigos adotou-se a abordagem qualitativa, a partir do levantamento de dados quantitativos para entender o panorama de crescimento das publicações por ano, servindo de suporte para a análise qualitativa dedicada a sintetizar e aprofundar as descobertas dos estudos pesquisados.

Inicialmente, definiu-se as palavras-chave relacionadas com a temática da pesquisa visando garantir a eficiência na busca. Na sequência, à coleta dos estudos deu-se no decorrer dos meses de junho e julho de 2026 nas bases de dados SCOPUS, SciELO, SPELL e Web of Science conforme Tabela 1.

Tabela 1. Strings de busca aplicadas nas bases de dados

Base	String	Finalidade
Google Acadêmico	(“educação infantil” OR “creches”) AND (“eficiência do gasto público” OR “gasto público”) AND (“análise de clusters” OR “análise fatorial” OR “custo	Teste de aderência

	padrão" OR "custo-padrão" OR "indicadores" OR "benchmarking")	
Web off Science™	("early childhood education" OR "early childhood care" OR "childcare" OR "daycare" OR "preschool" OR "kindergarten" OR "pre-primary education") AND ("public spending" OR "public expenditure" OR "efficient*" OR "resource allocation" OR "cost-effectiveness" OR "budget*" OR "financing") AND ("cluster analysis" OR "factor analysis" OR "principal component analysis" OR "standard cost" OR "composite indicator*" OR "data envelopment analysis" OR "benchmarking" OR "typology" OR "grouping")	Busca
Scopus	("early childhood education" OR "early childhood care" OR "childcare" OR "daycare" OR "preschool" OR "kindergarten" OR "pre-primary education") AND ("public spending" OR "public expenditure" OR "efficient*" OR "resource allocation" OR "cost-effectiveness" OR "budget*" OR "financing") AND ("cluster analysis" OR "factor analysis" OR "principal component analysis" OR "standard cost" OR "composite indicator*" OR "data envelopment analysis" OR "benchmarking" OR "typology" OR "grouping")	Busca
SPELL®	("educação infantil" OU "creches") E ("gasto público" OU "eficiência") E ("análise de clusters" OU "análise fatorial" OU "custo padrão")	Busca
SciELO	("educação infantil" OR "creches" OR "Early childhood education" OR "childcare") AND ("gasto público" OR "eficiência do gasto público" OR "eficiência" OR "public spending" OR "public expenditure" OR "indicadores" OR "custo")	Busca

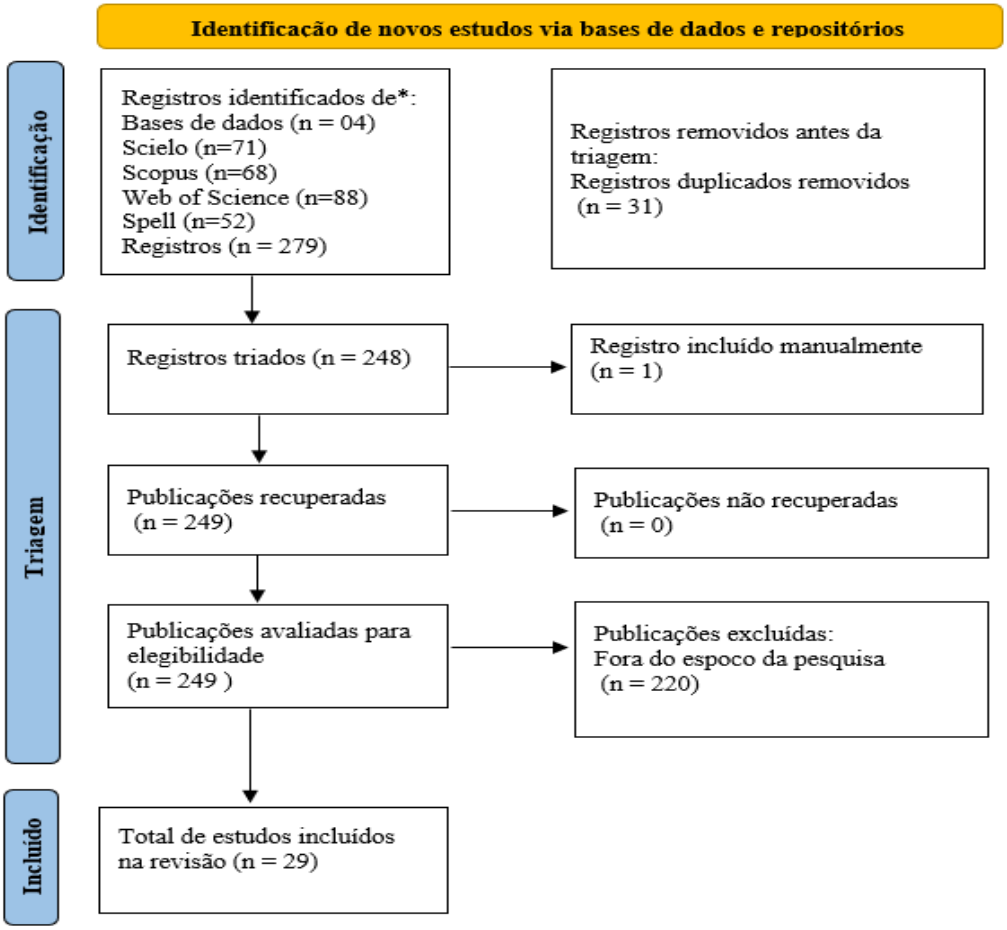
Fonte: Dados da Pesquisa (2026).

Além das palavras-chave, aplicaram-se filtros em duas bases de dados com o objetivo de delimitar a busca e encontrar artigos mais alinhados à temática. Na Scielo, selecionaram-se apenas artigos das áreas temática das ciências sociais aplicadas e ciências humanas. Na Scopus, os filtros delimitaram as áreas de ciências sociais, negócios, gestão e contabilidade, ciência da decisão e economia, econometria e finanças.

Na segunda etapa, após a busca utilizou-se o *software* Parsifal para a filtragem dos estudos. Sua escolha justifica-se por ser uma ferramenta *on line* e colaborativa de uso gratuito, que enfatiza a importância de protocolos rigorosos para garantir transparência e reduzir vieses, com passos que incluem o planejamento, a condução e a documentação (Maurício & Mill, 2025). Por meio desse procedimento, obtiveram-se 279 artigos exportados para a plataforma. Após a aplicação dos critérios de seleção, excluíram-se 31 artigos duplicados e rejeitaram-se 220 estudos por estarem fora do escopo da pesquisa. Adicionalmente, realizou-se a inclusão manual de um artigo proveniente de uma busca complementar no *Google Scholar*, por se considerar um artigo relevante do método de custo padrão.

Ao final do processo de triagem, obteve-se 29 artigos. A seleção foi baseada em critérios de inclusão previamente estabelecidos: publicações em português, inglês ou espanhol; artigos empíricos ou teóricos sobre eficiência do gasto público; estudos voltados à eficiência em educação infantil ou creches, ou que fizessem uso de análise de agrupamentos (*clusters)*, custo padrão, análise fatorial ou método correlatos de mensuração de eficiência. Como critério de exclusão específico nesta etapa teórica, artigos sobre eficiência do gasto, cuja abordagem metodologia não fosse possível de transferência. A sistematização da busca e os critérios de refinamento dos estudos estão consolidados graficamente abaixo, conforme as diretrizes do protocolo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* - PRISMA 2020, cuja adoção é defendida por (Page et al., 2022).

Figura 1. Etapas da revisão sistemática conforme o método PRISMA 2020



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O portfólio final integra os seguintes estudos: Rosemberg (2001); Tristão (2002); Bastos e Almeida (2006); Faria, Januzzi e Silva (2008); Souza et al. (2010); Bassi (2011); Araújo (2012); Madeira et al. (2013); Oliveira e Souza (2014); Pinto (2016); Sales e Sousa (2016); Azara et al. (2017); Tu, Lin e Zhang (2018); Coutinho e Alves (2019); Lanis e Bueno (2020); Silveira et al. (2020); Santos et al. (2022); Brandão (2022); Moraes e Meirelles (2023); Bruno e Silveira (2023); Falciano e Nunes (2023); Silva et al. (2024); Andreella et al. (2024); Braga et al. (2024); Fernandes (2024); Souza et al. (2024); Peretti et al. (2025); Franzese e Tacara (2025); Queiroz et al. (2025).

Uma vez constituído o portfólio bibliográfico de 29 artigos, na etapa seguinte procedeu-se à análise e interpretação dos resultados, com o exame dos artigos selecionados para aprofundamento no conhecimento e compreensão por meio de técnicas de análise bibliométrica e integrativa (Botelho; Cunha; & Macedo, 2011). Para este propósito, procurou-se evidenciar as características básicas, como número de citações, anos de publicação, país de origem, as principais palavras-chave e métodos de pesquisa na temática da eficiência do gasto público. Com relação às características avançadas, buscaram-se apresentar os modelos teóricos usados e seus respectivos construtos.

Considerando as diretrizes de integridade científica estabelecidas pela Portaria CNPq nº 2.664/2026, que regulamenta o uso de Inteligência Artificial Generativa (IAG) na pesquisa acadêmica, declara-se que este estudo utilizou o modelo Google Assistant (modelo Gemini, desenvolvido pela Google), como ferramenta auxiliar. O uso restringiu-se estritamente às etapas de revisão gramatical

e aprimoramento da coesão textual, permanecendo a concepção teórica, a análise dos dados e a redação final sob inteira autoria e responsabilidade dos pesquisadores. Adicionalmente, declara-se o uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG) NotebookLM para a confecção da figura de Evolução da produção científica em anos e; da Inteligência Artificial Generativa (IAG) Claude (*modelo Claude 3.5 Sonnet, desenvolvido pela Anthropic*) para a confecção da figura Principais palavras-chave dos estudos analisados e para a organização do fichamento dos artigos em Excel.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

4.1 Características básicas

Inicialmente levantou-se o número de citações dos estudos analisados.

Tabela 2. Citações

Autor/ano	Citações	Autor/ano	Citações
Faria; Jannuzzi e Silva, (2008)	338	Silveira et al., (2020)	6
Rosemberg (2001)	148	Fernandes (2024)	6
Pinto (2016)	88	Azara et al., (2017)	2
Bassi (2011)	62	Braga; Silva e Nonato, (2024)	2
Araújo (2012)	53	Bruno e Silveira, (2023)	1
Souza; Fontana e Boff, (2010)	27	Santos; Menezes e Raupp, (2022)	1
Tu; Lin e Zhang, (2018)	21	Silva et al., (2024)	0
Coutinho e Alves, (2019)	20	Moraes e Meirelles, (2023)	0
Lanis e Bueno, (2020)	18	Queiroz et al., (2025)	0
Tristão (2002)	14	Peretti et al., (2025)	0
Brandão (2022)	11	Oliveira e Souza, (2014)	0
Bastos e Almeida, (2006)	10	Franzese e Tacara, (2025)	0
Madeira; Barros e Portugal, (2013)	8	Falciano e Nunes, (2023)	0
Andreella et al., (2024)	8	Souza et al. (2024)	0
Sales e Sousa, (2016)	7		

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Constata-se que o artigo de Faria; Jannuzzi; Silva, (2008) é o mais citado com 338 citações, seguido pelos artigos de Rosemberg (2001) com 148 citações e Pinto (2016) com 88 citações. Nota-se que estas citações demonstram o reconhecimento teórico do tema e sua relevância para a compreensão de métricas e indicadores de custos para a análise da eficiência do gasto público.

Verifica-se que entre os autores com mais representatividade destaca-se Paulo de Martino Jannuzzi, professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas ENCE/IBGE. É referência nacional em avaliação de políticas públicas, atuando em estatísticas públicas, indicadores sociais, monitoramento e avaliação de políticas públicas, além de José Marcelino de Rezende Pinto, professor da Universidade de São Paulo - USP, com produção concentrada especificamente em financiamento da educação, é um dos nomes centrais da política de financiamento educacional no Brasil e Marcos Antônio de Souza, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale Rio dos Sinos - UNISINOS, com produção volumosa de gestão estratégica de custos.

Na sequência, analisou-se as principais palavras-chave dos artigos selecionados e identificadas pelo *software* Parsifal: eficiência do gasto público,

educação infantil, análise de clusters e indicadores. A análise da figura valida o processo de seleção, demonstrando que os estudos integrados ao portfólio guardam estrita aderência com o objetivo central do estudo.

Figura 2. Principais palavras-chave dos estudos analisados

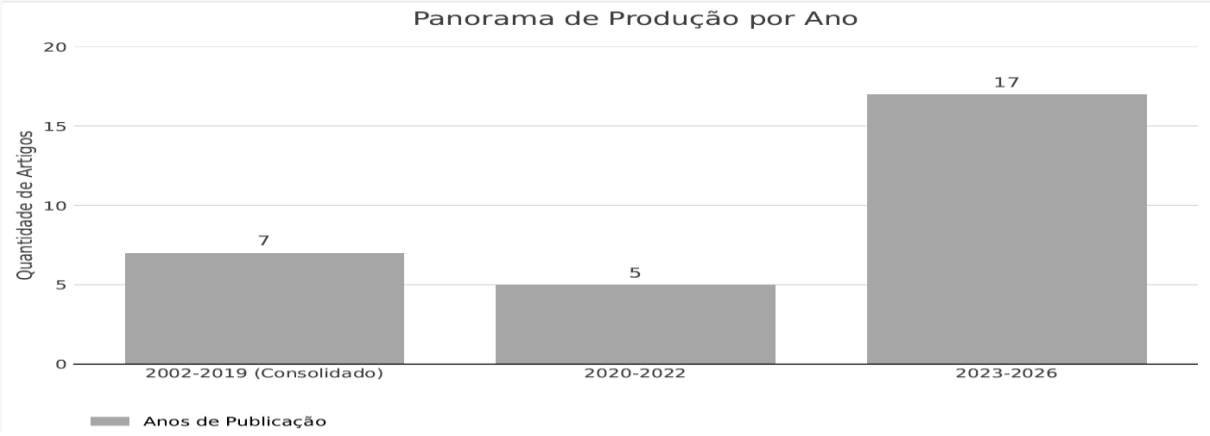


Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelo modelo Claude (modelo Claude 3.5 Sonnet, desenvolvido pela Anthropic, 2026).

Relativo aos anos com maior número de publicações, observou-se uma concentração de publicações no período de 2023-2026, com 17 artigos publicados (58,62%), seguido do período de 2020-2022 com 5 artigos (17,24%) e 7 artigos no período de 2002-2019 (24,13%). O primeiro período indicou uma produção baixa para um intervalo de mais de uma década, contudo após 2020 o crescimento acelerou.

Observa-se a consolidação do tema no período de 2023-2026, mais de 50% da amostra foi produzida nos últimos quatro anos do período analisado, demonstrando que a continuidade das publicações indica um campo de pesquisa em plena expansão.

Figura 3. Evolução da produção científica em anos



Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelo modelo NotebookLM (Google, 2026).

Quanto às origens dos periódicos, predominam na amostra estudos nacionais, os quais representam 93,10%, ao passo que os internacionais correspondem a 6,89%. A maior parte da produção concentra-se no Brasil, com 27 artigos, além de um artigo de origem chinesa e outro de origem italiana.

A preocupação com a qualidade do gasto público no Brasil intensificou-se após a promulgada a da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF em 2000, que exigiu

maior responsabilidade dos gestores e a adoção de métodos mais sofisticados para avaliar políticas públicas e a eficiência dos recursos estatais (SILVA et al., 2024).

O grande desafio da gestão pública versa sobre o alcance do equilíbrio dos gastos e quando se pensa em nível municipal, o desequilíbrio pode ser ainda maior, esse fato pode ser mais custoso de se constatar, seja grande número de municípios, pela falta de informações ou mesmo pela carência de estudos realizados nessa esfera (Azara et al., 2017). Desse modo, percebe-se que o campo de estudo desta temática encontra-se em amplo crescimento no Brasil, haja vista a necessidade de ampliar esse conhecimento e desenvolver melhores meios de controle.

4.2 Características avançadas

Inicialmente organizou-se os artigos por área temática, permitindo análises comparativas e uma visão mais sistematizada por assunto. Esta categorização surgiu da leitura do tema e do objetivo dos estudos, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3. Categorização dos Artigos por Assunto

Assunto	Quantidade
a. Eficiência do gasto (mensuração e indicadores)	08
b. Custos e sistema de informação (custo padrão)	05
c. Clusters (metodologia)	03
d. Educação Infantil e Creches	09
e. Temas Correlatos	04

Fonte: Dados da Pesquisa (2026).

Como um dos focos principais do estudo buscou-se inicialmente entender o que eles abordavam de forma mais ampla. Especificamente os estudos que abordam a educação infantil concentram-se predominantemente nas creches, tal como Oliveira e Souza (2014) e Franzese e Tacara (2025) que direcionam suas análises exclusivamente às creches, abordando, respectivamente, aspectos relacionados ao controle gerencial e às estratégias de ampliação da oferta de vagas. Sales e Sousa (2016) e Falciano e Nunes (2023) também apresentam ênfase desse enfoque, embora ampliem suas discussões para a educação infantil como um todo, especialmente no que se refere ao financiamento e aos parâmetros de qualidade. Em contrapartida, Rosemberg (2001), Bassi (2011), Bruno e Silveira (2023) e Braga et al. (2024) analisam a educação infantil de forma abrangente, contemplando conjuntamente creches e pré-escolas em discussões sobre avaliação, financiamento, acesso, condições de oferta e infraestrutura escolar.

Resumidamente quantos aos estudos que se concentram no desenvolvimento e na aplicação de métodos para mensurar a eficiência do gasto público, empregando indicadores de desempenho, modelos de avaliação e referenciais da economia do setor público para comparar resultados entre municípios e identificar fatores associados à melhor utilização dos recursos públicos. Quanto aos que abordam instrumentos de gestão de custos voltados ao planejamento, controle e apoio à tomada de decisão, com destaque para o custo-padrão, custo-meta, custeio baseado em atividades e sistemas de informação de custos como mecanismos para aprimorar a eficiência e a transparência da gestão pública. Já os de métodos comparativos entre municípios (clusters) utilizam técnicas de agrupamento e outras metodologias quantitativas para classificar municípios com características semelhantes, permitindo comparações mais consistentes de desempenho, identificação de padrões regionais e apoio à formulação de políticas públicas

baseadas em evidências. Por fim os estudos que abordam temas complementares à eficiência do gasto público, incluindo financiamento e parcerias na educação, metodologias de priorização orçamentária, gestão por processos e modelos conceituais de gestão pública, contribuindo para compreender os fatores que condicionam a tomada de decisão e a implementação de políticas públicas.

A avaliação da eficiência do gasto público também pode ser mensurada através das lentes dos indicadores, que oferecem subsídios para a tomada de decisão dos gestores. Esses indicadores podem ter um formato de custo padrão referencial, onde um conjunto de variáveis financeiras e de eficiência compõem um custo médio de um serviço público. No caso deste estudo busca-se a referência do custo padrão, como ferramenta de controle gerencial para que a gestão encontre onde estão os desperdícios ou ganhos de eficiência (Martins, 2003).

Neste sentido, buscou-se compreender e organizar os estudos as áreas temáticas, de modo a compreender melhor as conexões das teorias adotadas pelos autores.

Tabela 4. Abordagens teóricas, analíticas, modelos, conceitos e indicadores

Autor(es)	Classificação do referencial
Eficiência do gasto público (mensuração e indicadores)	
Faria, Januzzi e Silva (2008)	Conceito: Eficiência Técnica; Abordagem teórica: Teoria das Fronteiras de Produção (Pareto-eficiente); Modelo: Modelo de Rendimentos Variáveis de Escala (VRS)
Azara et al. (2017)	Abordagem teórica: Teoria da Eficiência do Setor Público; Indicador: DSP
Tu, Lin e Zhang (2018)	Abordagem teórica: Descentralização Fiscal e Eficiência Alocativa
Lanis e Bueno (2020)	Teoria: Teoria da Escolha Pública (Public Choice)
Silveira et al. (2020)	Abordagem teórica: Teoria da Eficiência Relativa
Moraes e Meirelles (2023)	Abordagens conceituais: Governo Digital; Governança de TIC
Silva et al. (2024)	Teoria: Teoria das Finanças Públicas (Musgrave)
Queiroz et al. (2025)	Teoria: Teoria da Agência no Setor Público
Custos e sistemas de informação (Custo Padrão)	
Bastos e Almeida (2008)	Conceito: Criação de Valor Público; Sistema de custos: Custeio Padrão; Modelo: Custo-Meta (Target Costing); Conceitos gerenciais: Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade (4 Es)
Souza et al. (2010)	Modelos de custos: Custo-Meta (Target Costing) e Custo-Padrão
Madeira et al. (2013)	Abordagem gerencial: Gestão Estratégica de Custos; Conceito: Controle por Exceção
Sales e Sousa (2016)	Modelo: Modelo de previsão de custos para qualidade
Brandão (2022)	Abordagem teórica: New Public Management; Sistema de custos: Custeio Baseado em Atividades (ABC)
Análise de agrupamento (Clusters)	
Tristão (2002)	Conceito: Eficiência Tributária Municipal
Andreella et al. (2024)	Teoria: Circularidade entre oferta e demanda; Modelos: Modelos de Bem-Estar Sub-regionais; Multinomial Lasso
Peretti et al. (2025)	Teorias: Teoria dos Polos de Crescimento; Desenvolvimento Endógeno
Educação infantil e creches	
Rosemberg (2001)	Teoria: Sociologia da Infância
Bassi (2011)	Abordagem de política pública: Política de Fundos (Fundef/Fundeb)
Araújo (2012)	Conceito: Transparência Contábil Educacional
Oliveira e Souza (2014)	Abordagem gerencial: Contabilidade Gerencial no Terceiro Setor

Coutinho e Alves (2019)	Modelo: Modelo de previsão de custos para qualidade
Bruno e Silveira (2023)	Abordagem normativa: Direito à Educação; Financiamento como condição de qualidade
Falciano e Nunes (2023)	Abordagem normativa: Direito à Educação; Indicadores: CAQi e CAQ
Braga et al. (2024)	Teorias: Sociologia da Educação; Eficácia Escolar
Franzese e Tacara (2025)	Teorias: Neoinstitucionalismo Histórico; Federalismo Cooperativo
Temas correlatos	
Pinto (2016)	Abordagens teóricas e normativas: Privatização do ensino; Parcerias Público-Privadas; Art. 213 da Constituição Federal; Plano Nacional de Educação (PNE)
Santos et al. (2022)	Metodologia: Metodologia de Prioridade Fiscal
Souza et al. (2024)	Modelo de gestão: Business Process Management (BPMN)
Fernandes (2024)	Modelo conceitual de gestão pública: Três Dimensões da Gestão Pública; valor público, condições de implementação e condições políticas

Fonte: dados da pesquisa (2026).

Observa-se ao analisar a Tabela 2 que a análise dos 29 artigos, categorizados em temas alinhados ao objetivo deste estudo, apresentam teorias complementares que reforçam a busca pelo equilíbrio financeiro na Administração Pública. Diante disso, destaca-se a necessidade de modelos que possam oferecer parâmetros seguros de gestão. Silva et al., (2024), corroboram esse entendimento ao concluírem que é possível oferecer insights importantes aos tomadores de decisão. Outro ponto relevante foi o expressivo volume de publicações que articulam a educação infantil à contabilidade e transparência gerencial. Esses fatores convergem para fortalecer o debate em torno desta temática social.

A análise dos 29 artigos, categorizados em temas alinhados ao objetivo deste estudo, apresentam teorias complementares que reforçam a busca pelo equilíbrio financeiro na Administração Pública. Diante disso, destaca-se a necessidade de modelos que possam oferecer parâmetros seguros de gestão. Silva et al., (2024), corroboram esse entendimento ao concluírem que é possível oferecer insights importantes aos tomadores de decisão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo mapear a literatura quanto à sistematização das evidências sobre a eficiência dos gastos públicos com creches nos municípios, o uso da análise de clusters para agrupar municípios, buscando a aplicação de um custo padrão referencial desses agrupamentos capaz de oferecer um controle gerencial por meio de indicadores. Mediante as análises realizadas, foi possível responder ao objetivo proposto no estudo, bem como reforçar a necessidade das métricas comparativas de custo no setor público.

Buscou-se contribuir com o avanço na literatura, ao reunir informações quanto a relevância de mensuração da eficiência do gasto público e o uso de indicadores e ao emprego de métodos como o custo padrão para fazer referências que possam apoiar o controle gerencial (Bastos & Almeida, 2008).

Como limitações deste estudo, destaca-se, primeiramente, seu caráter eminentemente teórico, uma vez que a análise se restringiu à sistematização da literatura, sem a aplicação empírica aos dados reais dos municípios. Além disso, observou-se que os indicadores atualmente utilizados na literatura se concentram, em grande parte, em variáveis socioeconômicas, havendo uma lacuna quanto ao

desenvolvimento de índices que incorporem variáveis mais específicas de eficiência do gasto público com creches.

Sugere-se, para estudos futuros, a aplicação empírica dos indicadores e do método de custo padrão discutidos, por meio de análise de clusters em municípios brasileiros, de modo a testar sua viabilidade prática. Recomenda-se, também, o desenvolvimento de indicadores que incorporem variáveis de eficiência para além das socioeconômicas, bem como investigações sobre os fatores institucionais e políticos que dificultam a adoção de instrumentos de controle gerencial de custos na gestão pública municipal.

Ademais, sugere-se adicionalmente para pesquisas futuras a busca de indicadores que tratem especialmente dos municípios sul-mato-grossenses afetados pelo desenvolvimento econômico fomentado pelo corredor da Rota Bioceânica. E que necessitam exercitar sua governança na busca de qualidade do gasto para uma entrega eficiente dos principais serviços públicos.

Conclui-se, portanto, que a sistematização da literatura evidenciou avanços teóricos relevantes quanto ao uso de indicadores e do custo padrão como ferramentas de controle gerencial do gasto público, ao mesmo tempo em que revelou lacunas metodológicas e práticas que ainda carecem de aprofundamento. Espera-se que este estudo contribua como referencial teórico para pesquisas futuras que busquem aplicar tais instrumentos à realidade da gestão pública municipal, especialmente no contexto da educação infantil.

REFERÊNCIAS

Alonso, M. (1999). Custos no serviço público. *Revista do Serviço Público,* 50(1), 37–63.

Andreella, A., et al. (2024). Spatial clusters for demand and supply of early childhood education and care services in Italy. *Socio-Economic Planning Sciences,* 95, 102034. https://doi.org/10.1016/j.seps.2024.102034

Araújo, R. L. S. (2012). Desvendando o perfil dos gastos educacionais dos municípios brasileiros. *Educação & Sociedade,* 33, 1215–1233. https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000400016

Azara, L. N., Pessanha, G. R. G., & Barbosa Neto, J. E. (2017). Eficiência dos municípios com relação aos gastos públicos em educação e cultura na microrregião de Varginha/MG. *Capital Científico,* 15(4), 119–136. https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/4566/3448

Bassi, M. E. (2011). Financiamento da educação infantil em seis capitais brasileiras. *Cadernos de Pesquisa,* 41(142), 116–141.

Bastos, P. S. S., & Almeida, W. A. (2008). A adoção do sistema de custeio padrão e do custo-meta em órgãos públicos: Subsidiando a criação de valor público. *Pensar Contábil,* 8(31).

Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121–136. https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220

Braga, D. S., Silva, F. R., & Nonato, B. F. (2024). O que explica a desigualdade de infraestrutura das EMEIs em Belo Horizonte? *Educação & Realidade,* 49, e124081. https://doi.org/10.1590/2175-6236124081vs01

Brandão, I. de F. (2022). Modelo conceitual de sistema de informação de custos aplicado ao setor público brasileiro. *Pensar Contábil,* 24(84).

Bruno, D. de J. dos R., & Silveira, A. A. Dragone. (2023). A educação infantil em municípios com distintas capacidades orçamentárias: Acesso, condições de oferta e financiamento. *Educação e Pesquisa,* 49, e254082. https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349254082

Coutinho, Â. S., & Alves, T. (2019). Desigualdade de acesso à educação infantil: Uma análise da meta 1 do PNE na região metropolitana de Maringá. *Educar em Revista,* 35(75), 194–217. https://doi.org/10.1590/0104-4060.63738

Falciano, B. T., & Nunes, M. F. R. (2023). Qual é o valor de uma educação infantil de qualidade? *Educação em Revista*, 39, 1–2. https://doi.org/10.1590/0102-469838435

Faria, F. P., Jannuzzi, P. de M., & Silva, S. J. da. (2008). Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: Uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. *RAP*, 42(1), 155–177. https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000100008

Fernandes, F. S. (2024). Gestão da Educação Infantil: desafios, necessidades e possibilidades. *Educar em Revista,* 40, e90387. https://doi.org/10.1590/1984-0411.90387

Franzese, R. C., & Tacara, L. (2025). Estratégias de ampliação das vagas de creche no município de São Paulo: A consolidação de um modelo de cooperação público-privada. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social, 14(1).* Recuperado de https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/70209

Graupner, T., Hein, A., & Hein, N. (2024). Relationship between public spending and educational efficiency of municipalities in Santa Catarina. *Revista Catarinense da Ciência Contábil,* 23, e3485. https://doi.org/10.16930/2237-7662202434852

Lanis, G. P., & Bueno, N. P. (2020). Fatores que influenciam a eficiência da gestão orçamentária anual. *Gestão & Planejamento,* 21. https://dx.doi.org/10.21714/2178-8030gep.v.21.5318

Madeira, F. L., Barros, P. M. J., & Portugal, G. T. (2013). A utilização do custo padrão em uma indústria de médio porte: O caso da empresa Aerojet. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ,* 18(3), 94–107.

Martins, E. (2003). *Contabilidade de custos* (9. ed.). Atlas.

Mauricio, G. C., & Mill, D. (2025). Condução de revisões sistemáticas de literatura mediada pela ferramenta Parsifal: potencialidades e limites. *Dialogia*, 54, e28438. https://doi.org/10.5585/54.2025.28438

Moraes, R., & Meirelles, F. (2023). Avaliação de indicadores de uso e eficiência de gastos de TIC em estados brasileiros. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 20(2), 124–149. https://doi.org/10.25112/rgd.v20i2.3428

Oliveira, C. E., & Souza, A. F. C. (2014). Contabilidade gerencial: Um estudo acerca do planejamento e controle em creches. *Revista Mineira de Contabilidade*, 1(53), 16–24. https://crcmg.emnuvens.com.br/rmc/article/view/194

Page, M. J., et al. (2022). A declaração PRISMA 2020: Diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. *Revista Panamericana de Salud Pública,* 46, e112. https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.112

Peretti, F. M., et al. (2025). Clusters de municípios de Santa Catarina à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. *Desenvolvimento Regional em Debate,* 15, 922–945. https://doi.org/10.24302/drd.v15.5764

Pinto, J. M. de R. (2016). Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. *Educação & Sociedade*, 37(134), 133–152. https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157682

Queiroz, D. H., Pinho, R. C. de S., Vasconcelos, A. C., & Nunes, P. R. de C. (2026). Relações entre eficiência dos gastos públicos com educação e indicadores socioeconômicos: Um estudo dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza. *Revista Controle - Doutrina e Artigos,* 24(1), 109–144. https://doi.org/10.32586/rcda.v24i1.1072

Rosemberg, F. (2001). Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. *Revista Brasileira de Educação*, 16, 19–26.

Sales, L. C., & Sousa, A. M. de. (2016). O custo aluno da educação infantil de Teresina: Entre a realidade do FUNDEB e o sonho do CAQI. *Educação em Revista,* 32, 55–77. https://doi.org/10.1590/0102-4698141253

Santos, A. P., de Oliveira Menezes, E. C., & Raupp, F. M. (2022). Prioridade do gasto público: Análise das microrregiões de Paranaguá-PR e Baixo Vale do Itajaí-SC. *Revista de Administração Unimep,* 19(10), 20–40.

Silva, J. O., et al. (2024). Qualidade dos gastos públicos com ensino fundamental: Uma análise para os municípios fluminenses. *Revista Universo Contábil*, 20(1). https://doi.org/10.4270/ruc.2024101

Silveira, L. M., et al. (2020). Estudo sobre a eficiência dos estados brasileiros na aplicação de recursos públicos. *Desafio Online*, 8(1).

Souza, J. S., & Tacconi, M. de F. F. da S. (2024). Indicadores de desempenho do processo de reformulação dos projetos acadêmicos da UFRN. *Revista de Ciências da Administração,* 26(66), 12.

Souza, M. A., Fontana, F. B., & Boff, C. Dal S. (2010). Planejamento e controle de custos: Um estudo sobre as práticas adotadas por empresas industriais de Caxias do Sul-RS. *Contabilidade Vista & Revista*, 21(2), 121–151.

Tristão, J. A. M. (2002). A administração tributária dos municípios brasileiros: Aplicação da análise de clusters para elaboração de uma tipologia do comportamento tributário municipal. *Revista de Economia e Administração,* 1(3).

Tu, B., Lin, Y.-X., & Zhang, Y.-M. (2018). Efficiency evaluation and influencing factors analysis of governmental expenditure on preschool education. *Eurasia Journal of Mathematics, Science and Technology Education,* 14(6), 2533–2543.